

Aula 03 - Prof. Thais Runstaim

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Civil +
Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da
Pessoa com Deficiência - 2025*

*Autor:
(Pós-Edital)*

**Thaís de Cássia Rumstain,
Raphael Rabelo Parreira, Bruno
Bezerra**

06 de Junho de 2025

SIMULADO

Todo simulado tem por objetivo preparar você para a sua prova, além de ser um exercício de concentração permite que o conteúdo seja novamente revisto e que você possa identificar eventuais dificuldades em relação aos assuntos já estudados.



Bom Simulado!!!

PERGUNTAS

1) Assinale a alternativa que está em dissonância com o disposto no Decreto-Lei nº 4.657/1942.

- a) Havendo correção de texto de lei já em vigor, considera-se que há lei nova, hipótese em que o prazo para entrada em vigor da legislação começa a correr a partir da nova publicação.
- b) É possível a repristinação no Direito brasileiro.
- c) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.
- d) O juízo não pode se negar a decidir determinada lide sob o fundamento de que a lei é omissa, pois, nesses casos, o magistrado pode, para integrá-la, fazer uso da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito.
- e) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

2) A respeito da vigência da lei no tempo, é correto afirmar que

- a) a Lei em vigor terá efeito mediato e geral.



- b) não há direito adquirido a regime jurídico de aposentadoria, exceto se o indivíduo houver preenchido, na vigência da norma anterior, os requisitos nela previstos para obtenção do benefício.
- c) para produção de efeitos da lei, deve ser respeitado o direito adquirido, considerado aquele obtido em decisão judicial da qual já não caiba recurso.
- d) para produção de efeitos da lei, deve ser respeitada a coisa julgada, que é aquela consumada segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- e) para produção de efeitos da lei, devem ser respeitados os direitos adquiridos, assim considerados apenas os que o seu titular possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

3) Marisa possui domicílio no Brasil e casou-se no país com o norte-americano John, também domiciliado em terras brasileiras. Nesse contexto, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

- a) as regras sobre o começo e o fim da personalidade de John são determinadas pela lei norte-americana.
- b) o regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do Brasil ou dos Estados Unidos da América, a critério dos nubentes.
- c) se John possuísse domicílio nos Estados Unidos da América e o casal de mudasse definitivamente para a Argentina, como o casamento foi realizado no Brasil, o regime de bens a ser adotado seria o brasileiro.
- d) caso John se naturalize brasileiro, ele pode, sem expressa anuência de Marisa, requerer ao juízo, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.
- e) eventuais impedimentos relacionados ao casamento devem ser regidos pela lei brasileira.

4) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é incorreto afirmar que:



- a) salvo o caso de abandono, o domicílio do chefe da família estende-se ao outro cônjuge e aos filhos emancipados, e o do tutor ou curador aos incapazes sob sua guarda.
- b) quando a pessoa não tiver domicílio, considerar-se-á domiciliada no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre.
- c) o penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.
- d) as organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.
- e) a prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

5) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro prevê que, não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência. Por outro lado, essa legislação não estabelece, como requisito para execução, no Brasil, da sentença proferida no estrangeiro:

- a) prolatação da decisão por juiz competente.
- b) trânsito em julgado da decisão.
- c) tradução por intérprete autorizado.
- d) terem sido as partes citadas, obrigatoriamente.
- e) revestimento da decisão pelas formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

6) Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

- a) O Código Civil, quanto ao termo inicial da personalidade civil do indivíduo, adotou a teoria natalista.
- b) Apenas os maiores de idade são capazes de direitos e deveres na ordem civil.
- c) Entre outras hipóteses, a incapacidade cessa, para os menores, no caso de colação de grau em curso de ensino médio.



- d) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até um ano após o término da guerra.
- e) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se que o falecimento do mais idoso precedeu ao do mais novo.

7) Em relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar que:

- a) em regra os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo haver limitação voluntária do seu exercício.
- b) o lesionado pode exigir que se faça cessar a lesão a direito da personalidade, sendo vedado, nesse caso, que se reclame perdas e danos.
- c) Tratando-se de morto, possui legitimação para exigir que se faça cessar lesão ou ameaça a direito da personalidade o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o limite do segundo grau civil.
- d) Em regra, é permitido o ato voluntário de disposição do próprio corpo, ainda que importe diminuição permanente da integridade física.
- e) A disposição do próprio corpo é permitida também para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.

8) Marcos é um famoso competidor de atletismo conhecido como “Filho do Vento” que pretende praticar ato em que dispõe gratuitamente do seu corpo, integralmente, para depois da morte. Conforme o Código Civil, é correto afirmar que

- a) o ato de disposição praticado por Marcos Filho do Vento é irrevogável.
- b) o nome de Marcos não pode ser empregado por outrem em publicações que o exponham ao desprezo público, salvo se inexistir intenção difamatória.
- c) o pseudônimo adotado por Marcos - “Filho do Vento” -, no caso, não goza da proteção que se dá ao seu nome.
- d) o ato de disposição do próprio corpo, ainda que no todo, para depois da morte, é válido, caso o objetivo seja científico ou altruístico.
- e) em se tratando de pessoa pública, é possível o uso do nome de Marcos Filho do Vento em propaganda comercial, dispensada a autorização do atleta.



9) O Código Civil estabelece, no tocante à curadoria dos bens do ausente, que

- a) desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público ou de ofício, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.
- b) não se nomeará curador quando o ausente deixar mandatário que não queira exercer o mandato.
- c) o juízo que nomear o curador fixar-lhe-á os poderes e obrigações, conforme as circunstâncias, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito dos tutores e curadores.
- d) o cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de três anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- e) em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos descendentes ou aos pais, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

10) Está de acordo com as regras do Código Civil, quanto à sucessão provisória ou definitiva a seguinte afirmação:

- a) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- b) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido
- c) Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes a pelo menos metade dos quinhões respectivos.
- d) Cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.



e) Pode-se requerer a sucessão definitiva, também, provando-se que o ausente conta 70 anos de idade, e que de 5 anos datam as últimas notícias dele.

11) As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. O Código Civil classifica como pessoas jurídicas de direito público as seguintes, exceto

- a) as fundações.
- b) a União.
- c) os Territórios.
- d) as associações públicas.
- e) os Estados estrangeiros.

12) Marque a assertiva que está em dissonância com as regras do Código Civil:

- a) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- b) Os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo, obrigam a pessoa jurídica.
- c) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- d) Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- e) A proteção dos direitos da personalidade pode ser estendida às pessoas jurídicas.

13) Os moradores do baixo Alta Colina pretendem unir-se para constituir uma associação em defesa dos interesses do bairro. Conforme o Código Civil

- a) a associação não pode ter lucro.
- b) há obrigações e direitos recíprocos entre os associados.



- c) o estatuto da associação deve conter, obrigatoriamente e sob pena de nulidade, entre outros, os fins e a sede da associação, os direitos e deveres dos associados e as fontes de recursos para sua manutenção.
- d) não podem ser instituídas categorias de associados com vantagens especiais, devendo os associados ter iguais direitos.
- e) nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei.

14) No tocante às fundações, é incorreto afirmar que:

- a) A fundação poderá constituir-se, entre outros, para fins de educação, saúde ou segurança alimentar e nutricional.
- b) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- c) A alteração do estatuto da fundação precisa ser deliberada por 2/3 dos competentes para geri-la e representá-la
- d) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção.
- e) Quando a alteração do estatuto da fundação não houver sido aprovada por votação unânime, seus administradores, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em até 30 dias.

15) Em relação às pessoas jurídicas, o Código Civil prevê que

- a) as associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, tratando-se, nesse caso, de responsabilidade subjetiva.
- c) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício, nomear-lhe-á administrador provisório.



- d) É requisito para desconsideração da personalidade jurídica o abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade, mas não pela confusão patrimonial.
- e) As disposições para a liquidação das sociedades não se aplicam às demais pessoas jurídicas de direito privado.

16) O Código Civil considera que são bens imóveis, entre outros:

- a) os bens suscetíveis de movimento próprio.
- b) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- c) as energias que tenham valor econômico.
- d) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- e) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

17) Assinale a alternativa que está em desacordo com o Código Civil, no tocante aos bens.

- a) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- b) Os bens suscetíveis de remoção por força alheia são considerados bens móveis.
- c) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local, não perdem o caráter de bem móvel.
- d) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis.
- e) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações são considerados bens móveis, para os efeitos legais.

18) São considerados bens consumíveis:

- a) os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- c) aqueles que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.



- d) os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- e) o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

19) Analise os seguintes itens:

I – Bens de uso comum do povo. II – Bens de uso especial.

III – Bens dominicais.

O Código Civil considera que são bens públicos aqueles que constam no (s) item (ns)

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III, apenas.

20) De acordo com o Código Civil, é correto afirmar que

- a) o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou oneroso.
- b) os bens dominicais estão sujeitos a usucapião.
- c) os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento das autarquias municipais não são considerados bens públicos.
- d) os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
- e) se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.





1. C	5. D	9. C	13. C	17. C
2. B	6. A	10. B	14. E	18. D
3. E	7. E	11. A	15. B	19. E
4. A	8. D	12. D	16. B	20. A

QUESTÕES COMENTADAS

1) Assinale a alternativa que está em dissonância com o disposto no Decreto-Lei nº 4.657/1942.

a) Havendo correção de texto de lei já em vigor, considera-se que há lei nova, hipótese em que o prazo para entrada em vigor da legislação começa a correr a partir da nova publicação.

b) É possível a repristinação no Direito brasileiro.

c) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.

d) O juízo não pode se negar a decidir determinada lide sob o fundamento de que a lei é omissa, pois, nesses casos, o magistrado pode, para integrá-la, fazer uso da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito.

e) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

(...)

§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

§ 4º As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova. (...)



Art. 2º (...)

§ 3º *Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.*

(...)

Art. 4º *Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.*

Art. 5º *Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.*

A: interpretação conjunta do art. 1º, §§ 3º e 4º, da LINDB.

B: A LINDB, no art. 2º, § 3º, autoriza a repristinação (quando uma norma revogada volta a ter vigência após a norma revogadora ter sido excluída do ordenamento jurídico), contudo essa repristinação não ocorre de forma automática, uma vez que é preciso disposição expressa em lei prevendo a volta da vigência da norma anteriormente revogada.

C: a vigência da lei no país, salvo disposição em sentido contrário, começa 45 dias depois de oficialmente publicada, não de oficialmente “promulgada” - art. 1º, *caput*, da LINDB.

D: É isso mesmo, em razão da vedação do “*non liquet*” (termo francês que significa algo como “não está claro” e faz referência ao caso em que não há regras claras para decidir a controvérsia), o juízo não pode se negar a jugar a lide alegando que a lei é omissa, pois, como mencionado na assertiva, pode (deve) ser feita integração da lei a partir de critérios / parâmetros como a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

E: Essa é a literalidade do art. 5º da LINDB.

GABARITO: “C”.

2) A respeito da vigência da lei no tempo, é correto afirmar que

- a) a Lei em vigor terá efeito mediato e geral.
- b) não há direito adquirido a regime jurídico de aposentadoria, exceto se o indivíduo houver preenchido, na vigência da norma anterior, os requisitos nela previstos para obtenção do benefício.
- c) para produção de efeitos da lei, deve ser respeitado o direito adquirido, considerado aquele obtido em decisão judicial da qual já não caiba recurso.



d) para produção de efeitos da lei, deve ser respeitada a coisa julgada, que é aquela consumada segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

e) para produção de efeitos da lei, devem ser respeitados os direitos adquiridos, assim considerados apenas os que o seu titular possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

A: errada. A Lei em vigor terá efeito imediato (não é “mediato”) e geral – caput do art. 6º da LINDB.

B: certa. Esse é, em síntese, o entendimento do STF, que tem decidido que, em regra, não há direito adquirido ao regime de aposentadoria – ver, a esse respeito, o art. 6º, caput, da LINDB.

C: errada. Esse conceito refere-se não ao direito adquirido, mas à coisa julgada – art. 6º, § 3º, da LINDB.

D: errada. Essa alternativa faz referência ao ato jurídico perfeito – art. 6º, § 1º, da LINDB.

E: errada. Também são considerados direitos adquiridos aqueles que alguém possa exercer pelo titular, ou seja, não se tratam de direitos personalíssimos – art. 6º, § 2º, da LINDB.

GABARITO: “B”.

3) Marisa possui domicílio no Brasil e casou-se no país com o norte-americano John, também domiciliado em terras brasileiras. Nesse contexto, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,



- a) as regras sobre o começo e o fim da personalidade de John são determinadas pela lei norte-americana.
- b) o regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do Brasil ou dos Estados Unidos da América, a critério dos nubentes.
- c) se John possuísse domicílio nos Estados Unidos da América e o casal de mudasse definitivamente para a Argentina, como o casamento foi realizado no Brasil, o regime de bens a ser adotado seria o brasileiro.
- d) caso John se naturalize brasileiro, ele pode, sem expressa anuência de Marisa, requerer ao juízo, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.
- e) eventuais impedimentos relacionados ao casamento devem ser regidos pela lei brasileira.

Art. 7º A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

§ 1º Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.

(...)

§ 4º O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.

§ 5º - O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.

A: errada. As regras sobre o começo e o fim da personalidade de John são determinadas pela lei brasileira, local do seu domicílio – art. 7º, caput, da LINDB.

B: errada. O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do Brasil, pois esse é o país em que os nubentes são domiciliados – art. 7º, § 4º, da LINDB.



C: errada. No caso, o regime de bens do casal obedeceria às leis da Argentina, primeiro domicílio conjugal - art. 7º, § 4º, da LINDB.

D: errada. É preciso a expressa anuência de Marisa, no caso mencionado na alternativa, conforme o § 5º do art. 7º da LINDB.

E: certo. Tendo sido o casamento realizado no Brasil, as regras a respeito de eventuais impedimentos da união devem observar a legislação brasileira – art. 7º, § 1º, da LINDB.

GABARITO: "E".

4) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é incorreto afirmar que:

a) salvo o caso de abandono, o domicílio do chefe da família estende-se ao outro cônjuge e aos filhos emancipados, e o do tutor ou curador aos incapazes sob sua guarda.

b) quando a pessoa não tiver domicílio, considerar-se-á domiciliada no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre.

c) o penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.

d) as organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.

e) a prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

Art. 7º (...)

§ 7º Salvo o caso de abandono, o domicílio do chefe da família estende-se ao outro cônjuge e aos filhos não emancipados, e o do tutor ou curador aos incapazes sob sua guarda.

§ 8º Quando a pessoa não tiver domicílio, considerar-se-á domiciliada no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre.

Art. 8º (...)

§ 2º O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.

(...)



Art. 11. As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.

A: errada. O domicílio do chefe da família estende-se aos filhos não emancipados, não aosemancipados, esse é o erro. O resto da assertiva está de acordo com o art. 7º, § 7º, da LINDB.

B: certo. É o que estabelece o § 8º do art. 7º da LINDB.

C: certo. Trata-se da literalidade do art. 8º, § 2º, da LINDB. D: certo. Essa regra está prevista no art. 11, *caput*, da LINDB.

E: certo. Tal disposição consta no art. 13 da LINDB.

GABARITO: "A".

5) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro prevê que, não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência. Por outro lado, essa legislação não estabelece, como requisito para execução, no Brasil, da sentença proferida no estrangeiro:

- a) prolatação da decisão por juiz competente.
- b) trânsito em julgado da decisão.
- c) tradução por intérprete autorizado.
- d) terem sido as partes citadas, obrigatoriamente.
- e) revestimento da decisão pelas formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

Art. 14. Não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.

Art. 15. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:

- a) haver sido proferida por juiz competente;*
- b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;*



- c) *ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida;*
- d) *estar traduzida por intérprete autorizado;*
- e) *ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.*

As partes não necessariamente precisam ter sido citadas, bastando ter sido constatado que houve legalmente verificado a revelia – art. 15, alínea “b”, da LINDB; os outros requisitos estão previstos no art. 15 da LINDB.

GABARITO: “D”.

6) Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

- a) O Código Civil, quanto ao termo inicial da personalidade civil do indivíduo, adotou a teoria natalista.
- b) Apenas os maiores de idade são capazes de direitos e deveres na ordem civil.
- c) Entre outras hipóteses, a incapacidade cessa, para os menores, no caso de colação de grau em curso de ensino médio.
- d) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até um ano após o término da guerra.
- e) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se que o falecimento do mais idoso precedeu ao do mais novo.

Art. 1 ° Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Art. 2 ° A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Art. 5 ° A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

(...)

IV - Pela colação de grau em curso de ensino superior; (...)



Art. 7 ° Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: (...)

II - Se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

(...)

Art. 8 ° Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

A: certo. O Código Civil, no art. 2º, determina que o início da personalidade civil da pessoa começa do nascimento com a vida. Essa é a teoria natalista. Todavia, ainda que o nascituro não possua personalidade civil, são ressaltados, desde a concepção, seus direitos.

B: errada. Toda pessoa, ainda que menor de idade, é capaz de direitos e deveres na ordem civil – art. 1º do Código Civil.

C: errada. A incapacidade é cessada no caso de colação de grau em curso de ensino superior, não médio – art. 5º, parágrafo único, inciso IV, do Código Civil.

D: errada. O prazo ao qual alude a assertiva, no caso de desaparecimento em campanha ou se feito prisioneiro, é de 2 anos após o término da guerra – art. 7º, inciso II, do Código Civil.

E: errada. Se não for possível averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos – instituto da comoriência – art. 8º do Código Civil.

GABARITO: "A".

7) Em relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar que:

a) em regra os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo haver limitação voluntária do seu exercício.

b) o lesionado pode exigir que se faça cessar a lesão a direito da personalidade, sendo vedado, nesse caso, que se reclame perdas e danos.

c) Tratando-se de morto, possui legitimação para exigir que se faça cessar lesão ou ameaça a direito da personalidade o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o limite do segundo grau civil.



d) Em regra, é permitido o ato voluntário de disposição do próprio corpo, ainda que importe diminuição permanente da integridade física.

e) A disposição do próprio corpo é permitida também para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

Art. 13. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

Parágrafo único. O ato previsto neste artigo será admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.

A: errada. Não pode haver limitação voluntária dos direitos da personalidade, em regra, conforme o art. 11 do Código Civil.

B: errada. Podem ser reclamados perdas e danos, no caso de lesão a direito da personalidade, ainda que se faça cessar a lesão – art. 12, *caput*, do Código Civil.

C: errada. Conforme o art. 12, parágrafo único, do Código Civil, o limite para legitimação, no caso, é o 4º grau civil, não o 2º grau civil.

D: errada. Apenas por exigência médica é permitido o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física – art. 13, *caput*, do Código Civil.

E: certa. É o que dispõe o art. 13, parágrafo único, do Código Civil.

GABARITO: "E".



8) Marcos é um famoso competidor de atletismo conhecido como “Filho do Vento” que pretende praticar ato em que dispõe gratuitamente do seu corpo, integralmente, para depois da morte. Conforme o Código Civil, é correto afirmar que

- a) o ato de disposição praticado por Marcos Filho do Vento é irrevogável.
- b) o nome de Marcos não pode ser empregado por outrem em publicações que o exponham ao desprezo público, salvo se inexistir intenção difamatória.
- c) o pseudônimo adotado por Marcos - “Filho do Vento” -, no caso, não goza da proteção que se dá ao seu nome.
- d) o ato de disposição do próprio corpo, ainda que no todo, para depois da morte, é válido, caso o objetivo seja científico ou altruístico.
- e) em se tratando de pessoa pública, é possível o uso do nome de Marcos Filho do Vento em propaganda comercial, dispensada a autorização do atleta.

Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo. (...)

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Art. 18. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

Art. 19. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

A: errada. O ato de disposição pode ser revogado a qualquer tempo, conforme o parágrafo único do art. 14 do Código Civil.

B: errada. Ainda que inexistir intenção difamatória, o nome da pessoa não pode ser empregado em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda que não haja intenção difamatória – art. 17 do Código Civil.

C: errada. O pseudônimo adotado para atividades lícitas, como ocorre no caso do enunciado, goza da proteção que se dá ao nome, consoante o art. 19 do Código Civil.

D: certa. É o que se extrai do *caput* do art. 14 do Código Civil.



E: errada. Sem autorização, é vedado o uso do nome alheio em propaganda comercial, ainda que se trate de figura pública – art. 18 do Código Civil.

GABARITO: "D".

9) O Código Civil estabelece, no tocante à curadoria dos bens do ausente, que

- a) desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público ou de ofício, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.
- b) não se nomeará curador quando o ausente deixar mandatário que não queira exercer o mandato.
- c) o juízo que nomear o curador fixar-lhe-á os poderes e obrigações, conforme as circunstâncias, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito dos tutores e curadores.
- d) o cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de três anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- e) em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos descendentes ou aos pais, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

Art. 22. Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.

Art. 23. Também se declarará a ausência, e se nomeará curador, quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.

Art. 24. O juiz, que nomear o curador, fixar-lhe-á os poderes e obrigações, conforme as circunstâncias, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito dos tutores e curadores.

Art. 25. O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.



§ 1º Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos pais ou aos descendentes, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

(...)

A: errada. A declaração de ausência ou nomeação de curador não pode ocorrer de ofício do juízo, conforme o art. 22 do Código Civil.

B: errada. Deve ser nomeado curador quando o ausente deixar mandatário que não queira exercer o mandato – art. 23 do Código Civil.

C: certo. É o que dispõe o art. 24 do Código Civil.

D: errada. O prazo da separação de fato, no caso, é de até 2 anos, não 3 anos – art. 25, caput, do Código Civil.

E: errada. A ordem é a inversa: a curadoria recai, preferencialmente, nos pais, depois nos descendentes, nos termos do art. 25, § 1º, do Código Civil.

GABARITO: "C".

10) Está de acordo com as regras do Código Civil, quanto à sucessão provisória ou definitiva a seguinte afirmação:

a) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

b) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido

c) Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes a pelo menos metade dos quinhões respectivos.

d) Cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

e) Pode-se requerer a sucessão definitiva, também, provando-se que o ausente conta 70 anos de idade, e que de 5 anos datam as últimas notícias dele.



Art. 26. Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

(...)

Art. 28. A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.

(...)

Art. 30. Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos.

(...)

Art. 37. Dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

A: errada. No caso em que o ausente deixou procurador ou representante, é preciso passar o prazo de 3 anos, não 2 anos, para requerimento de declaração da ausência e abertura provisória da sucessão – art. 26 do Código Civil.

B: certa. Essa é a regra do *caput* do art. 28 do Código Civil.

C: errada. No caso, a garantia mediante penhores ou hipotecas devem ser equivalentes aos quinhões respectivos – art. 30, *caput*, do Código Civil.

D: errada. Dez anos, e não cinco anos, depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória é que os interessados poderão requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas – art. 37 do Código Civil.

E: errada. Pode-se requerer a sucessão definitiva, também, provando-se que o ausente conta 80 anos, não 70 anos, de idade, e que de 5 datam as últimas notícias dele.

GABARITO: "B".



11) As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. O Código Civil classifica como pessoas jurídicas de direito público as seguintes, exceto

- a) as fundações.
- b) a União.
- c) os Territórios.
- d) as associações públicas.
- e) os Estados estrangeiros.

Art. 40. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:

I - a União;

II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;

III - os Municípios;

III - as autarquias, inclusive as associações públicas;

IV - as demais entidades de caráter público criadas por lei.

(...)

Art. 42. São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

De acordo com o Código Civil, as fundações são pessoas jurídicas de direito privado – assertiva “a”.

As demais assertivas estão previstas como pessoas jurídicas de direito público nos arts. 41, incisos I, II e IV, e 42 do Código Civil.

GABARITO: “A”.

12) Marque a assertiva que está em dissonância com as regras do Código Civil:

- a) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.



- b) Os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo, obrigam a pessoa jurídica.
- c) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- d) Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- e) A proteção dos direitos da personalidade pode ser estendida às pessoas jurídicas.

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

(...)

Art. 47. Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

Art. 48. Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.

(...)

Art. 52. Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.

A: É o que dispõe o art. 45, *caput*, do Código Civil.

B: Trata-se da regra inserida no art. 47 do Código Civil. C: Essa é a literalidade do art. 48, *caput*, do Código Civil.

D: errado. O prazo para anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, é decadencial, não prescricional – parágrafo único do art. 45 do Código Civil.



E: O art. 52 do Código Civil permite a extensão da proteção dos direitos da personalidade, no que couber, às pessoas jurídicas.

GABARITO: "D".

13) Os moradores do baixo Alta Colina pretendem unir-se para constituir uma associação em defesa dos interesses do bairro. Conforme o Código Civil

- a) a associação não pode ter lucro.
- b) há obrigações e direitos recíprocos entre os associados.
- c) o estatuto da associação deve conter, obrigatoriamente e sob pena de nulidade, entre outros, os fins e a sede da associação, os direitos e deveres dos associados e as fontes de recursos para sua manutenção.
- d) não podem ser instituídas categorias de associados com vantagens especiais, devendo os associados ter iguais direitos.
- e) nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei.

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos. Art. 54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:

I - A denominação, os fins e a sede da associação; (...)

II - Os direitos e deveres dos associados;

III - As fontes de recursos para sua manutenção; (...)

Art. 55. Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

(...)

Art. 58. Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.



A: errada. O Código Civil veda o intuito econômico / lucrativo para as associações, mas não proíbe que haja, de algum modo, lucro, como seria o caso de rifa ou realização de eventos (exemplo: almoço / festa junina) cuja renda seria destinada a melhorias do bairro – art. 53, *caput*, do Código Civil.

B: errada. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos – art. 53, parágrafo único, do Código Civil.

C: certa. É o que dispõem o *caput* e os incisos I, III e IV do art. 54 do Código Civil.

D: errada. O estatuto da associação pode instituir categorias com vantagens especiais – art. 55 do Código Civil.

E: errada. Não é só a lei que pode prever os casos e a forma em que os associados podem ser impedidos de exercer direito ou função que lhes tenha sido legitimamente conferidos, pois o estatuto também pode fazê-lo – art. 58 do Código Civil.

GABARITO: "C".

14) No tocante às fundações, é incorreto afirmar que:

a) A fundação poderá constituir-se, entre outros, para fins de educação, saúde ou segurança alimentar e nutricional.

b) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

c) A alteração do estatuto da fundação precisa ser deliberada por 2/3 dos competentes para geri-la e representá-la

d) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção.

e) Quando a alteração do estatuto da fundação não houver sido aprovada por votação unânime, seus administradores, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em até 30 dias.

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.



Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins de:
(...)

III – educação;

IV – Saúde;

V – Segurança alimentar e nutricional; (...)

Art. 63. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

(...)

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

I - Seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação; (...)

Art. 68. Quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.

Art. 69. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

A: correto, de acordo com os incisos III, IV e V do parágrafo único do art. 62 do Código Civil. B: Essa é a regra do art. 63 do Código Civil.

C: Essa exigência está prevista no art. 67, inciso I, do Código Civil.

D: Tal regra está prevista no art. 69 do Código Civil, que prevê também que, nesse caso de extinção, incorpora-se o patrimônio da fundação, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

E: errado, o prazo para impugnação é de 10 dias, não 30 dias – art. 68 do Código Civil.



GABARITO: "E".

15) Em relação às pessoas jurídicas, o Código Civil prevê que

- a) as associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, tratando-se, nesse caso, de responsabilidade subjetiva.
- c) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício, nomear-lhe-á administrador provisório.
- d) É requisito para desconsideração da personalidade jurídica o abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade, mas não pela confusão patrimonial.
- e) As disposições para a liquidação das sociedades não se aplicam às demais pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:

(...)

IV - As autarquias, inclusive as associações públicas; (...)

Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

(...)

Art. 49. Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Art. 51. (...)



§ 2º As disposições para a liquidação das sociedades aplicam-se, no que couber, às demais pessoas jurídicas de direito privado.

A: errada. As associações públicas são pessoas jurídicas de direito público interno – art. 41, inciso IV, do Código Civil.

B: certa. O direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos causadores do dano (responsabilidade subjetiva) está prevista, no caso, no art. 43 do Código Civil.

C: errada. A nomeação do administrador provisório da pessoa jurídica cuja administração vier a faltar depende de requerimento de qualquer interessado – art. 49 do Código Civil.

D: errada. A confusão patrimonial também acarreta reconhecimento de abuso de personalidade da pessoa jurídica, que permite a desconsideração dessa personalidade jurídica, para que a execução seja direcionada aos bens dos sócios ou administradores da PJ, nos termos do art. 50 do Código Civil.

E: errada. No que couber, as disposições para a liquidação das sociedades aplicam-se às demais pessoas jurídicas de direito privado – art. 51, § 2º, do Código Civil.

GABARITO: "B".

16) O Código Civil considera que são bens imóveis, entre outros:

- a) os bens suscetíveis de movimento próprio.
- b) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- c) as energias que tenham valor econômico.
- d) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- e) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

O art. 80, inciso I, do Código Civil prevê que os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram são considerados bens imóveis:

Art. 80. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

I - Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;

As demais assertivas apresentam bens móveis, de acordo com a classificação do Código Civil:



Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais:

I - as energias que tenham valor econômico;

II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;

III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

Art. 84. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.

GABARITO: "B".

17) Assinale a alternativa que está em desacordo com o Código Civil, no tocante aos bens.

- a) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- b) Os bens suscetíveis de remoção por força alheia são considerados bens móveis.
- c) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local, não perdem o caráter de bem móvel.
- d) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis.
- e) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações são considerados bens móveis, para os efeitos legais.

A: certo. Trata-se do exposto no art. 79 do Código Civil:

Art. 79. São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.

B: certo. É o que dispõe o art. 82 do Código Civil:



Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

C: errado. É o contrário: as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local, não perdem o caráter de bem imóvel – não é “móvel”.

Art. 81. Não perdem o caráter de imóveis:

I - as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local;

D: certo. Essa assertiva está em consonância com a primeira parte do art. 84 do Código Civil:

Art. 84. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.

E: certo. Afirmativa de acordo com o inciso III do art. 83 do Código Civil:

Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais: (...)

III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

GABARITO: “C”.

18) São considerados bens consumíveis:

- a) os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- c) aqueles que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.
- d) os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- e) o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.



A: errado. Essa é a definição de bens fungíveis:

Art. 85. São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

B: errado. Esse é o conceito de bens divisíveis:

Art. 87. Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

C: errado. A assertiva apresenta o conceito de bens singulares:

Art. 89. São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.

D: certo. Trata-se da definição dada pelo art. 86 do Código Civil:

Art. 86. São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.

E: errado. Essa é a definição de universalidade de direito – art. 91 do Código Civil:

Art. 91. Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

GABARITO: "D".

19) Analise os seguintes itens:

I – Bens de uso comum do povo. II –

Bens de uso especial.

III – Bens dominicais.

O Código Civil considera que são bens públicos aqueles que constam no (s) item (ns)

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III, apenas.



Vejamos o que dispõe o art. 99 do Código Civil:

Art. 99. São bens públicos:

*I - os **de uso comum do povo**, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*

*II - os **de uso especial**, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*

*III - os **dominicais**, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

A partir desses dispositivos, concluímos que os itens I, II e III apresentam bens públicos.

GABARITO: "E".

20) De acordo com o Código Civil, é correto afirmar que

- a) o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou oneroso.
- b) os bens dominicais estão sujeitos a usucapião.
- c) os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento das autarquias municipais não são considerados bens públicos.
- d) os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
- e) se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

A: O art. 103 do Código Civil é exatamente nesse sentido:

Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

B: errado. Os bens dominicais são bens públicos (art. 99, inciso III) e, nessa condição, não estão sujeitos a usucapião (art. 102):



Art. 99. São bens públicos:

(...)

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

C: errado. Os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento das autarquias municipais são considerados bens públicos, nos termos do art. 99, inciso II, do Código Civil:

Art. 99. São bens públicos:

(...)

II - Os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

D: errado. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei, conforme o art. 101 do Código Civil:

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

E: errado. Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor, conforme o art. 97 do Código Civil:

Art. 97. Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

GABARITO: "A".



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.